



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1014807-37.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Luis Alberto Riedhorst**
 Requerido: **Universidade de São Paulo – Usp - Instituto de Química de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Luis Alberto Riedhorst propõe esta ação contra a Fazenda do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo – Usp - Instituto de Química de São Carlos, aduzindo que é portador (a) de câncer e necessita, para o tratamento, da substância *fosfoetalamina sintética*, que era produzida pelo Instituto de Química da USP de São Carlos.

Foi indeferida a antecipação da tutela (fls.156). Desta decisão o autor interpôs agravo de instrumento, que foi negado provimento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 183).

Intimada para manifestar sobre a possibilidade de extinção do processo em relação à USP (fls. 200), a parte autora quedou-se inerte (fls. 201).

Pela decisão de fls.202/204 foi reconhecida a ilegitimidade passiva da USP. Contestação da Fazenda do Estado de São Paulo às fls.209/230.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Deixo de apreciar as demais preliminares, nos termos do artigo 488 do CPC.

Em relação ao Estado de São Paulo, ressalvado o entendimento pessoal deste Juízo, curva-se ao pronunciamento majoritário da jurisprudência, para desacolher o pedido da parte autora, sob o fundamento de que não há eficácia comprovada, havendo risco à saúde, conforme precedentes do Pretório Excelso; trata-se de droga ainda em fase



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

experimental, destituída de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, tendo o C. Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI nº 5501, deferido liminar para suspender a eficácia da Lei nº 13.269/2016, que autoriza a sua fabricação.

APELAÇÃO CÍVEL. Fornecimento gratuito da substância Fosfoetanolamina Sintética Paciente portador de câncer. Substância ainda experimental. Existência de Portaria da USP que impede a manipulação e distribuição da substância. Ausência de relatório médico indicando o uso da substância como meio eficaz na cura do câncer. Recursos providos. (Apelação nº 10131.7-58.2015.8.26.0566, 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Maria Laura Tavares, julgado em 5/12/2016).

MEDICAMENTO. Fosfoetanolamina sintética. Ilegitimidade passiva da Fazenda do Estado proclamada em agravo de instrumento precedente. Preliminares rejeitadas. Ausência de prescrição médica com encaminhamento ao uso da substância colimada. Inexistência de obrigação imputável à USP de produzi-la, notadamente em escala industrial. Sentença de procedência reformada. Apelação da Universidade provida para julgar improcedente a ação. (Apelação nº 1010698-77.2015.8.26.2015, 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Coimbra Schmidt, julgado em 30/01/2017).

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO À SAÚDE. SUBSTÂNCIA DE USO EXPERIMENTAL - FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA FORNECIMENTO PELO ESTADO - CONDIÇÕES DA AÇÃO- LEGITIMAÇÃO PASSIVA - CERCEAMENTO DE DEFESA- INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. 1. A legitimação para agir é condição da ação relacionada à qualidade da parte e ordinariamente reconhecida aos titulares dos interesses em conflito. Pretensão fundada no direito à saúde (art. 196 CF). Obrigação solidária de responsabilidade dos entes federados. Legitimação passiva do Estado. Ilegitimidade da USP. Extinção do processo, sem resolução de mérito. 2. Questão de mérito de direito. Desnecessidade de produção de prova pericial. Inutilidade da perícia para suprir a falta de pesquisa científica destinada a demonstrar a segurança e eficácia da substância pretendida. 3. O fornecimento de droga ou substância de uso experimental sem o controle prévio de viabilidade sanitária é medida que atenta contra o dever constitucional de tutela da saúde da população pela qual o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Estado deve zelar. Obrigação de fazer inexistente. Pedido improcedente. Sentença reformada. Reexame necessário, considerado interposto, acolhido. Recurso do Ministério Público desprovido. Recursos das rés providos. (Apelação nº 1009294-88.2015.8.26.0566, 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Décio Notarangeli, julgado em 30/11/2016).

RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. PEDIDO LIMINAR. PLEITO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO EXPERIMENTAL E SEM REGISTRO NA ANVISA.FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA,CUJA DISPONIBILIZAÇÃO FOI INTERROMPIDA PELA CORRÉ USP. Sentença que julgou a ação procedente,condenando a USP e o Estado a colocar à disposição do autor quantidade suficiente da substância para seu tratamento, suspendendo a Portaria IQSC 1389/2014 editada pelo Instituto de Química de São Carlos.Impossibilidade. Produção e distribuição da substância, em continuidade a testes de pesquisa científica,cuja competência sobre a viabilidade e conveniência é da instituição de pesquisa da corre USP. Precedentes deste Tribunal. Suspensa a eficácia da Lei Federal 13.269/2016 por decisão liminar na ADI 5.501. Sentença Reformada.Honorários invertidos, observada a gratuidade. Recurso de apelação e reexame necessário providos. (Apelação nº1010123-69.2015.8.26.0566, 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Marcelo Semer, julgado em 7/11/2016).

Ante exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, I, do CPC e **IMPROCEDENTE** o pedido.

CONDENO a parte autora a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes, nos termos do artigo 85, § 2º, em 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade da justiça, se o caso.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 24 de abril de 2017.